

1. Assinale a alternativa correta:
    - a) De observância obrigatória no exercício da atividade jurisdicional, as súmulas vinculantes não podem afetar as atividades administrativas do Poder Judiciário estadual.
    - b) Invadida a competência constitucional de órgão da Justiça Estadual, este deve requerer autorização do Conselho Nacional de Justiça para impetrar mandado de segurança.
    - c) Em se tratando de direito notarial, a Constituição atribui ao Conselho Nacional de Justiça a competência originária para julgar a arguição de descumprimento de preceito fundamental.
    - d) O STF não deve conhecer de ação direta de inconstitucionalidade contra atos estatais de efeito concreto.
  2. Assinale a alternativa correta:
    - a) Há circunstâncias em que a Constituição Federal autoriza a desapropriação de imóveis urbanos com pagamento mediante títulos da dívida pública.
    - b) A propriedade produtiva nunca é suscetível de desapropriação.
    - c) O cumprimento, por imóvel rural, da função social da propriedade deve ser aferido com base exclusivamente em sua produtividade econômica.
    - d) A função social da propriedade se refere exclusivamente a bens imóveis.
  3. Assinale a alternativa correta:
    - a) Horários de estabelecimentos comerciais não podem ser definidos por lei municipal.
    - b) Custas de serviços forenses são matéria de competência legislativa concorrente.
    - c) A lei federal pode definir os planos de carreira e a remuneração da totalidade dos servidores estaduais.
    - d) Custas de serviços forenses não podem ser objeto de legislação federal.
  4. Assinale a alternativa correta:
    - a) O cidadão brasileiro nato pode exigir e obter judicialmente, dos entes públicos e dos demais cidadãos, todas as informações que lhe interessarem.
    - b) Segundo a Constituição Federal, o principal pressuposto e condição de licitude da escuta telefônica consiste na existência de prévia autorização da autoridade policial competente.
    - c) Os documentos públicos são, em princípio, sigilosos, tornando-se acessíveis ao cidadão por meio de *habeas data*.
    - d) O *habeas data* pode ser impetrado, também, com a finalidade de retificar dados pessoais.
  5. Assinale a alternativa correta:
    - a) Servidores públicos militares em greve podem ocupar quartéis da Polícia Militar e instalações do Poder Judiciário, se tal ocupação se limitar a tempo razoável e se destinar exclusivamente a garantir o êxito do seu movimento trabalhista.
    - b) O exercício do direito à obtenção de certidões, para a defesa de direitos, não pode ser obstado pela exigência de taxas.
    - c) O direito de filiação partidária do servidor público militar equivale, em todos os aspectos, ao do estrangeiro que se naturalizou cidadão brasileiro.
    - d) A licença-maternidade não é extensível à servidora que mantenha, no momento do parto, união com pessoa do mesmo sexo.
  6. De acordo com o Decreto-Lei nº 200, de 25.2.1967, que dispôs sobre a organização da administração federal e estabeleceu diretrizes para a reforma administrativa, assinale a opção que indica os princípios fundamentais que regem as atividades da administração pública federal:
    - a) Planejamento, coordenação, descentralização, delegação de competência e controle.
    - b) Sistemas de administração financeira, contabilidade e auditoria e de eficiência administrativa e autonomia administrativa e operacional.
    - c) Valorização e dignificação da função pública e ao servidor público; profissionalização e aperfeiçoamento do servidor público e aumento da produtividade.
    - d) Programas gerais, setoriais e regionais de duração plurianual, elaborados através dos órgãos de planejamento, sob a orientação e a coordenação superiores do Presidente da República.
  7. Relacione a coluna da direita, de conceitos estabelecidos na Lei de Licitações, com as modalidades de licitação elencadas na coluna da esquerda:
    - 1 - Concurso  Modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
    - 2 - Convite  Modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
    - 3 - Concorrência  Modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, em número mínimo de 3 pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 horas da apresentação das propostas.
    - 4 - Leilão  Modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 dias.
    - 5 - Tomada de preços  Modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.
    - 6 - Pregão  Modalidade de licitação destinada a aquisição de bens e serviços comuns, que são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, admitindo-se a utilização de recursos de tecnologia da informação.

Agora assinale, dentre as opções abaixo, aquela que contém a sequência da esquerda para a direita que corresponde à correta relação dos conceitos com as modalidades de licitação, de cima para baixo (na coluna da direita):

    - a) 6; 2; 1; 4; 3; 5.
    - b) 1; 4; 3; 5; 2; 6.
    - c) 4; 3; 5; 2; 6; 1.
    - d) 3; 5; 2; 1; 4; 6.
  8. Dado o seguinte período: “O Poder Público pode realizar (1) \_\_\_\_\_ seus próprios serviços, por meio dos órgãos da (2) \_\_\_\_\_, ou prestá-los (3) \_\_\_\_\_, através (4) \_\_\_\_\_, que integram a (5) \_\_\_\_\_, ou, ainda, por meio de entes parastatais de cooperação que não compõem a Administração direta nem a indireta (serviços sociais autônomos e outros) e, finalmente, por (6) \_\_\_\_\_ e particulares individualmente, quais sejam: concessionárias, (7) \_\_\_\_\_”.
- Assinale, dentre as opções abaixo, aquela que contém em sequência o preenchimento correto dos espaços em branco:
- a) (1) descentralizadamente – (2) Administração indireta – (3) através da Administração direta – (4) sociedades de economia mista e fundações – (5) as empresas públicas – (6) meio de empresas privadas – (7) permissionárias e autorizadas.
  - b) (1) centralizadamente – (2) Administração direta – (3) descentralizadamente – (4) das autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações – (5) Administração indireta – (6) empresas privadas – (7) permissionárias e autorizadas.
  - c) (1) centralizadamente – (2) Administração indireta – (3) por empresas privadas – (4) permissionárias e autorizadas – (5) Administração direta – (6) descentralização – (7) sociedades de economia mista e fundações.
  - d) (1) descentralizadamente – (2) Administração direta – (3) centralizadamente – (4) por meio das autarquias, empresas públicas, permissionárias e autorizadas – (5) Administração indireta – (6) empresas privadas – (7) sociedades de economia mista e fundações.

9. Cargo público é o lugar instituído na organização do serviço público, com denominação própria, atribuições e responsabilidades específicas e estipêndio correspondente, para ser provido e exercido por um titular, na forma estabelecida em lei. **Assinale dentre as opções abaixo** aquela referente ao tipo de cargo que só admite provimento em caráter provisório, que é declarado em lei como tal e é de livre nomeação e exoneração, destinando-se às atribuições de direção, chefia e assessoramento:
- Cargo de carreira
  - Cargo técnico
  - Cargo isolado
  - Cargo em comissão
10. Assinale dentre as opções abaixo aquela que contém os atos que ocorrem imediatamente antes de iniciado o procedimento e julgamento da licitação:
- Ampla divulgação do registro cadastral.
  - Indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa.
  - Abertura de processo administrativo.
  - Autuação, protocolo e numeração do processo, contendo a autorização respectiva.
11. A Lei de Licitações determina que a inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.
- O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento constitui motivo para rescisão do contrato.
  - A rescisão do contrato poderá ser amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração.
  - A rescisão do contrato poderá ser judicial, nos termos da legislação.
  - A rescisão administrativa ou amigável poderá prescindir de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
  - Quando a rescisão ocorrer, nos termos da Lei, sem que haja culpa do contratado, este não será ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.
- Sobre o assunto assinale, dentre as opções abaixo, aquela que indica apenas assertivas corretas:
- I; II e III
  - II; III e IV
  - III; IV e V
  - I; IV e V
12. Todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda Federal, Estadual ou Municipal prescrevem em \_\_\_\_\_ contados da data do ato ou do fato do qual se originarem. Assinale a opção correta:
- 180 dias.
  - Três anos.
  - Quinze anos.
  - Cinco anos.
13. Ato administrativo é toda manifestação unilateral de vontade da administração pública que, agindo nessa qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, ou impor obrigações aos administrados ou a si própria. Esse conceito é restrito ao ato administrativo unilateral, ou seja, àquele que se forma com a vontade única da Administração e configura o ato administrativo típico. **Assinale, dentre as opções abaixo, aquela que contenha apenas os requisitos desse ato administrativo típico:**
- discricionário, disciplinar e político
  - delegado, ampla defesa e contraditório
  - vinculado, hierárquico e regulamentar
  - competência, finalidade, forma, motivo e objeto
14. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: soberania nacional; propriedade privada; função social da propriedade; livre concorrência; defesa do consumidor; defesa do meio ambiente; redução das desigualdades regionais e sociais; busca do pleno emprego; tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte; e livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos. Esses princípios são os que ensejam à Administração Pública:
- Intervenção na propriedade e atuação no domínio econômico.
  - Imposição de deveres e restrições no exercício de suas funções, ao servidor público.
  - Ação civil pública para a promoção da proteção ambiental.
  - Responsabilidade fiscal, civil e criminal da administração pública.
15. É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários (**assinale a opção INCORRETA**):
- A de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
  - A de dois cargos de professor.
  - A de dois cargos de professor com um cargo técnico ou científico.
  - A de um cargo de professor com outro, desde que o outro cargo seja técnico ou científico.
- 6104C – DIREITO TRIBUTÁRIO**
16. Após a leitura do enunciado a seguir, identifique a única afirmação correta:
- A repartição de receitas é disciplinada no texto constitucional, tendo a Carta de 1988 estabelecido vários critérios de divisão dos recursos federais e estaduais. O CTN, por sua vez, regulamenta a matéria, dispondo sobre a divisão de tais recursos em seus arts.83 a 95. Com base nessa afirmação, é correto afirmar que:
- Conforme o expressamente disposto na CF/88, a lei federal pode cometer aos Estados, ao Distrito Federal ou aos Municípios o encargo de arrecadar os impostos de competência da União cujo produto lhes seja distribuído no todo ou em parte.
  - O Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal será distribuído à razão de 5%, proporcionalmente à superfície de cada entidade participante e 95% proporcionalmente ao coeficiente individual de participação, resultante do produto do fator representativo da população pelo fator representativo do inverso da renda per capita, de cada entidade participante.
  - Pertence aos Estados o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles e suas autarquias, exceto as fundações públicas que instituírem e mantiverem.
  - No que se refere ao ICMS, podemos afirmar que as parcelas de receitas pertencentes aos Municípios serão creditadas na razão de pelo menos um quarto na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios, e até três quartos, de acordo com o que dispuser lei estadual.
- A sequência correta é:
- Apenas a assertiva II está correta.
  - As assertivas I, II e IV estão corretas.
  - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
  - Apenas as assertivas II e III estão corretas.
17. Ainda no que concerne à repartição de receita é correto afirmar que:
- A União deve entregar, do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.
  - Conforme o art.162, CF, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios divulgarão, até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, os recursos recebidos, os valores de origem tributária entregues e a entregar e a expressão numérica dos critérios de rateio.
  - Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal, vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício de sua competência residual (a ela atribuída pelo art. 154, I, CF).
  - Pertencem aos Municípios 25% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte e de comunicação, obedecidos os critérios de distribuição dos recursos estabelecidos no art.158, parágrafo único, CF.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas I e II estão corretas.
  - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
  - As assertivas I, II e IV estão corretas.
  - Apenas as assertivas II e III estão corretas.

18. Após a leitura das afirmações a seguir, identifique abaixo a sequência correta:
- Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o art. 182, § 4º, inciso II, CF, o IPTU poderá ser progressivo em razão do valor do imóvel, e poderá ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.
  - A vedação à retenção ou qualquer restrição à entrega de recursos previstas no artigo 160, parágrafo único, CF, não impede a União e os Estados de condicionarem a entrega de recursos ao pagamento de seus créditos, excluídos os de suas autarquias.
  - É vedado à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro, admitida a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento sócio-econômico entre as diferentes regiões do país.
  - As contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico de que trata o *caput* do artigo 149, CF, não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação, mas incidem sobre a importação de produtos estrangeiros ou serviços.
- A sequência correta é:
- Apenas a assertiva III está correta.
  - Apenas as assertivas II e III estão corretas.
  - As assertivas I, III e IV estão corretas.
  - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
19. Assinale a única afirmação correta:
- A Lei Complementar nº 123/2006 (Simples Nacional) estabelece normas gerais relativas às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo tão somente o regime tributário diferenciado e os aspectos relativos às licitações públicas.
  - O Município pode exigir, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, entre outras imposições, de IPTU progressivo no tempo.
  - Cabe à lei complementar, nos termos do artigo 146, CF, dispor tão somente sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União e os Estados, e regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.
  - O Simples Nacional implica o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, do IRPJ, IPI, da CSSL, da COFINS, da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição Patronal Previdenciária - CPP para a Seguridade Social e do ICMS, excluídos quaisquer outros impostos e contribuições especiais.
20. Assinale a única afirmação correta:
- Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, observado o disposto nos arts. 146, III, e 150, I e III, CF, e sem prejuízo do previsto no art. 195, §6º, CF, relativamente às contribuições a que alude o dispositivo.
  - É vedado à União, Estados e Municípios cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado, bem como no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, com exceção, para ambos os princípios, do IPI, ICMS, IOF e ISS.
  - Os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública, observado o disposto no art. 150, I e III, CF, vedada a cobrança da contribuição a que se refere o dispositivo na fatura de consumo de energia elétrica.
  - As contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico de que trata o *caput* do artigo 149, CF, poderão ter alíquotas *ad valorem*, tendo por base o faturamento, a receita bruta ou o valor da operação e, no caso de importação, o valor aduaneiro, mas não poderão adotar alíquota específica, visto ser este critério adotado somente para os impostos sobre o comércio exterior.
21. Leia com atenção as afirmações seguintes e assinale a opção correta:
- A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.
  - Conforme os estritos termos do artigo 150, V, CF, é vedado à União, aos Estados e aos Municípios estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias construídas pelo Poder Público, vedada a exigência se tais vias forem exploradas em regime de concessão ou permissão.
  - O IPI, segundo o artigo 153, § 3º, CF, será seletivo, em função da essencialidade do produto, será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores, não incidirá sobre produtos industrializados destinados ao exterior e terá reduzido seu impacto sobre a aquisição de bens de capital pelo contribuinte do imposto, na forma da lei.
  - O imposto sobre a propriedade territorial rural, conforme a Constituição Federal, será progressivo e terá suas alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas, e não incidirá sobre pequenas glebas rurais, definidas em lei, quando as explore, só ou com sua família, o proprietário que não possua outro imóvel.
- A sequência correta é:
- Apenas a assertiva IV está correta.
  - Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
  - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
  - Apenas as assertivas I e III estão corretas.
22. Leia o enunciado abaixo e assinale ao final a alternativa correta:
- O ICMS, imposto estadual, recebe um exaustivo tratamento constitucional, visto a necessidade de evitar as chamadas "guerras fiscais" entre os Estados membros da Federação. Como consequência, e de acordo com a CF/88, é correto afirmar que:
- Resolução do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos Senadores, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação.
  - É facultado ao Senado Federal estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas do ICMS, mediante resolução de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria absoluta de seus membros e fixar alíquotas máximas nas mesmas operações para resolver conflito específico que envolva interesse de Estados, mediante resolução de iniciativa da maioria absoluta e aprovada igualmente pela maioria absoluta de seus membros.
  - O ICMS não incidirá sobre operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica, sobre o ouro, nas hipóteses definidas no art. 153, § 5º, CF, e nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção gratuita ou paga.
  - Cabe à lei complementar, entre outros itens, definir os contribuintes do ICMS, dispor sobre substituição tributária, disciplinar o regime de compensação do imposto, bem como prever os casos de manutenção de crédito, relativamente à remessa para outro Estado e exportação para o exterior, de serviços e de mercadorias.
- A sequência correta é:
- As assertivas II, III e IV estão corretas.
  - Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
  - Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
  - Apenas as assertivas I e III estão corretas.

23. Assinale a única afirmação correta:
- Somente a lei pode estabelecer a cominação de penalidades para as ações ou omissões contrárias a seus dispositivos, bem como as hipóteses de exclusão, suspensão e extinção de créditos tributários, sendo que a dispensa ou redução de penalidades tributárias pode ser feita por ato do Chefe do Executivo.
  - Equipara-se à majoração do tributo a modificação da sua base de cálculo, que importe em torná-lo mais oneroso, caracterizando-se igualmente como aumento de tributo, para os fins do disposto no art.97, inciso II, CTN, a mera atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo.
  - Nos termos do artigo 96 do Código Tributário Nacional, a expressão "legislação tributária" compreende as leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.
  - São normas complementares das leis, dos tratados e das convenções internacionais e dos decretos os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas, as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa e os convênios que entre si celebrem a União e os Estados, excluídos o Distrito Federal e os Municípios.
24. Leia o enunciado abaixo e assinale ao final a alternativa correta:
- No que se refere à interpretação e integração da legislação tributária, o CTN consagra um capítulo inteiramente à matéria, disciplinando a forma como tais institutos devem ser utilizados no âmbito do Direito tributário brasileiro. Desta forma, e de acordo com o Código, podemos afirmar que:
- Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada, a analogia, os princípios gerais de direito tributário, os princípios gerais de direito público e a equidade.
  - O emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei e o emprego da equidade poderá eventualmente resultar na dispensa do pagamento de tributo devido; tais regras, previstas nos §§ 1º e 2º do art.108, CTN, fundam-se no princípio da irretroatividade da lei tributária, previsto no art.150, III, a, CF.
  - De acordo com o disposto nos artigos 107 a 112, CTN, as regras de interpretação e integração da legislação tributária são apenas aquelas ali mencionadas, sendo possível então afirmar que o código tributário consagra tão somente o método de interpretação sistemático, excluído qualquer outro procedimento hermenêutico no processo de integração da legislação tributária.
  - Da leitura do artigo 110, CTN, podemos concluir que o mesmo dirige-se ao julgador, na medida em que dispõe que a lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados, expressa ou implicitamente, pela Constituição Federal ou pelas Constituições dos Estados, para definir competências tributárias.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
  - Apenas a assertiva I está correta.
  - As assertivas II, III e IV estão corretas.
  - Apenas as assertivas I e III estão corretas.
25. Assinale a única afirmação correta:
- De acordo com o conceito do Código Tributário Nacional, imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação que depende de uma atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
  - A capacidade tributária passiva independe de achar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou da administração direta de seus bens ou negócios, bem como de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.
  - A restituição de tributos que comportem, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo, ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la, devendo aludida autorização ser concedida unicamente mediante expresse procedimento judicial.
  - Conforme o Código Tributário estadual (Lei 7.799/02), no que concerne ao ICMS, o descumprimento da obrigação principal, apurado mediante procedimento fiscal cabível, sem prejuízo do pagamento do valor do imposto, quando devido, sujeitará o infrator à multa de 100% do valor do imposto, quando deixar de recolher no prazo legal, no todo ou em parte, o imposto correspondente, tendo emitido documentos fiscais e efetuado os lançamentos no livro próprio.
26. Assinale a alternativa correta:
- O contrato de locação, para fins de exercício do direito de preferência, será objeto de registro na serventia imobiliária.
  - Os atos relativos às vias férreas serão registrados no cartório correspondente à estação final da respectiva linha.
  - No registro de imóveis será feito o registro das hipotecas legais.
  - No registro de imóveis será feito o registro das cédulas hipotecárias.
27. O comando legal do artigo 186, da Lei de Registros Públicos, que diz: "O número de ordem determinará a prioridade do título, e esta a preferência dos direitos reais, ainda que apresentados pela mesma pessoa mais de um título simultaneamente", é corolário do princípio:
- Da prioridade.
  - Da preferência.
  - Da fé pública registral.
  - Da boa fé objetiva.
28. A lei de registros públicos, com a instituição da matrícula no registro de imóveis, coroou o princípio:
- Da instância.
  - Da especialidade subjetiva.
  - Da especialidade objetiva.
  - Da presunção de fé pública.
29. Sobre o Livro 3 – registro auxiliar – no registro de imóveis, assinale a alternativa **INCORRETA**:
- Nele serão registradas as cédulas de crédito industrial.
  - Será destinado ao registro dos atos que, sendo atribuídos ao Registro de Imóveis por disposição legal, não digam respeito diretamente a imóvel matriculado.
  - O restabelecimento da sociedade conjugal será nele registrado.
  - Nele serão registradas as convenções de condomínio.
30. Não é requisito para a instituição do bem de família, no registro de imóveis:
- Comprovação de que o valor do imóvel não excede o limite legal do patrimônio do instituidor, por ata notarial ou outro documento idôneo.
  - Existência de entidade familiar.
  - Observância de formalidades: escritura pública ou testamento.
  - Titularidade do prédio residencial pelo instituidor.
31. Assinale a alternativa correta:
- O registro e a averbação poderão ser provocados por qualquer pessoa, incumbindo-lhe as despesas respectivas.
  - Ao terceiro prejudicado é lícito fazer prova perante o registro de imóveis da extinção dos ônus reais e promover o cancelamento do seu registro.
  - O registro do penhor rural depende do consentimento do credor hipotecário.
  - Tratando-se de usucapião, os requisitos da matrícula podem ser dispensados, conforme o mandado judicial.
32. Acerca do registro Torrens, assinale a alternativa correta:
- Pode ser requerido administrativamente, perante o oficial do registro de imóveis, seguindo-se o procedimento previsto para a retificação.
  - Engloba tanto imóveis rurais quanto urbanos.
  - Gera presunção absoluta de sua veracidade.
  - O imóvel sujeito a hipoteca ou ônus real será admitido a registro ainda que sem o consentimento expresse do credor hipotecário ou da pessoa em favor de quem se tenha instituído o ônus.
33. Não são admitidos a registro:
- Escrituras públicas, inclusive as lavradas em consulados brasileiros.
  - Atos autênticos de países estrangeiros, com força de instrumento público, legalizados e traduzidos na forma da lei, e registrados no cartório do Registro de Títulos e Documentos, assim como sentenças proferidas por tribunais estrangeiros após homologação pelo Superior Tribunal de Justiça.
  - Escritos particulares autorizados em lei, assinados pelas partes e testemunhas, com as firmas reconhecidas, dispensado o reconhecimento quando se tratar de atos praticados por entidades vinculadas ao Sistema Bancário Brasileiro.
  - Cartas de sentença, formais de partilha, certidões e mandados extraídos de autos de processo.

34. Quanto ao protesto de títulos, assinale a alternativa **INCORRETA**:
- Revogada a ordem de sustação, há necessidade de se proceder a nova intimação do devedor, sendo a lavratura e o registro do protesto efetivados até o primeiro dia útil subsequente ao do recebimento da intimação, salvo se a materialização do ato depender de consulta a ser formulada ao apresentante, caso em que o mesmo prazo será contado da data da resposta dada.
  - Todos os títulos e documentos de dívida protocolizados serão examinados em seus caracteres formais e terão curso se não apresentarem vícios, não cabendo ao Tabelião de Protesto investigar a ocorrência de prescrição ou caducidade.
  - As dívidas do Tabelião de Protesto serão resolvidas pelo Juízo competente.
  - Quando a intimação for efetivada excepcionalmente no último dia do prazo ou além dele, por motivo de força maior, o protesto será tirado no primeiro dia útil subsequente.
35. Segundo a lei de protestos, é correto afirmar:
- Na impossibilidade de apresentação do original do título ou documento de dívida protestado, será exigido o original do instrumento de protesto, para a realização do cancelamento.
  - O deferimento do processamento da recuperação judicial impede o protesto.
  - O cancelamento do registro do protesto, se fundado em outro motivo que não no pagamento do título ou documento de dívida, será efetivado por determinação judicial, independentemente do pagamento dos emolumentos devidos ao Tabelião.
  - Poderão ser recepcionadas as indicações a protestos das Duplicatas Mercantis e de Prestação de Serviços, por meio magnético ou de gravação eletrônica de dados, sendo de inteira responsabilidade do apresentante os dados fornecidos, ficando a cargo dos Tabelionatos a mera instrumentalização das mesmas.
36. Segundo a doutrina, compreendem-se dentro dos outros documentos de dívida abarcados pela lei de protestos, **EXCETO**:
- O contrato de câmbio.
  - A cédula de produto rural.
  - O contrato de locação.
  - A certidão de dívida ativa.
37. É correto afirmar que:
- O protesto especial para fins falimentares deverá ser tirado no local da sede da empresa.
  - A nota promissória poderá ser protestada por indicação no caso de falta ou recusa de aceite.
  - O protesto necessário é um ônus imposto por lei ao portador para que possa exercer o direito de regresso contra os coobrigados anteriores ou para a propositura da ação judicial de falência.
  - O protesto por falta de aceite poderá ser tirado após o vencimento do título.
38. Assinale a alternativa **INCORRETA** com relação aos livros no Registro de Títulos e Documentos:
- Livro B - para trasladação integral de títulos e documentos, sua conservação e validade contra terceiros, ainda que registrados por extratos em outros livros.
  - Livro C - para inscrição, por extração, de títulos e documentos, a fim de surtirem efeitos em relação a terceiros e autenticação de data.
  - Livro D - indicador pessoal, substituível pelo sistema de fichas, a critério e sob a responsabilidade do oficial, o qual é obrigado a fornecer, com presteza, as certidões pedidas pelos nomes das partes que figurarem, por qualquer modo, nos livros de registros.
  - Livro A - protocolo para apontamentos dos títulos, documentos e papéis apresentados, diariamente, para serem registrados integralmente, ou averbados.
39. Sobre a ordem de serviço no Registro de Títulos e Documentos é correto afirmar que:
- Apresentado o título ou documento para registro ou averbação, serão anotados, no protocolo, a data de sua apresentação, sob o número de ordem que se seguir imediatamente, a natureza do instrumento, a espécie de lançamento a fazer (registro integral ou resumido, ou averbação), o nome do apresentante, reproduzindo-se as declarações relativas ao número de ordem, à data, e à espécie de lançamento a fazer no corpo do título, do documento ou do papel.
  - Quando o expediente continuar para ultimação do serviço, novas apresentações serão admitidas após a hora regulamentar.
  - Após o protocolo o registrado terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para o registro do título, papel ou documento apresentado.
  - Para o registro integral, os títulos, documentos ou papéis em língua estrangeira, deverão ser sempre traduzidos.
40. Segundo a moderna jurisprudência dos tribunais superiores, a alteração de sexo no registro civil:
- É admitida, por meio de processo judicial, após a intervenção médica de alteração de sexo, sendo realizada por averbação, da qual não se dará publicidade, a não ser mediante ordem judicial ou para a defesa do interesse de terceiros.
  - É admitida, por meio de processo judicial, após a intervenção médica de alteração de sexo, sendo realizada por novo registro, do qual não se dará publicidade, a não ser mediante a requerimento da própria pessoa objeto do registro.
  - Não é admitida.
  - É admitida, por meio de processo judicial, após a intervenção médica de alteração de sexo, sendo realizada por novo registro, do qual não se dará publicidade, a não ser mediante ordem judicial.
41. Acerca do casamento, assinale a alternativa correta:
- O casamento celebrado no Brasil prova-se pela certidão do registro.
  - Justificada a falta ou perda do registro civil, são admissíveis as provas documentais.
  - A opção pelo regime de bens poderá ser realizada por meio de termo nos autos do processo de habilitação para o casamento.
  - No processo de habilitação para casamento é dever do oficial esclarecer os nubentes sobre o regime legal de bens.
42. Quanto ao óbito, assinale a alternativa **INCORRETA**:
- Os óbitos, verificados em campanha, serão registrados em livro próprio, para esse fim designado, nas formações sanitárias e corpos de tropas, pelos oficiais da corporação militar correspondente, autenticado cada assento com a rubrica do respectivo médico chefe, ficando a cargo da unidade que proceder ao sepultamento o registro, nas condições especificadas, dos óbitos que se derem no próprio local de combate.
  - O prazo legal para a lavratura do assento de óbito é, em regra, de 24 (vinte e quatro) horas.
  - Antes de proceder ao assento de óbito de criança de menos de 1 (um) ano, o oficial verificará se houve registro de nascimento, que, em caso de falta, será previamente requerido ao oficial do local de nascimento.
  - Sendo o finado desconhecido, o assento deverá conter declaração de estatura ou medida, se for possível, cor, sinais aparentes, idade presumida, vestuário e qualquer outra indicação que possa auxiliar de futuro o seu reconhecimento; e, no caso de ter sido encontrado morto, serão mencionados esta circunstância e o lugar em que se achava e o da necropsia, se tiver havido.
43. Assinale a alternativa correta:
- O interessado, no primeiro ano após ter atingido a maioridade civil, poderá, pessoalmente ou por procurador bastante, alterar o nome, ainda que prejudique os apelidos de família, averbando-se a alteração que será publicada pela imprensa.
  - No Brasil, após a entrada em vigor do novo Código Civil, é possível o registro da adoção fulcrada em escritura pública.
  - A adoção do menor, bem como a do maior de idade, será sempre averbada junto ao assento do nascimento.
  - O prenome será definitivo, admitindo-se, todavia, a sua substituição por apelidos públicos notórios.
44. Assinale a alternativa **INCORRETA**:
- O serviço de registro civil das pessoas naturais será prestado, também, nos sábados e domingos, pelo sistema de plantão.
  - É facultado aos tabeliães de notas realizar todas as gestões e diligências necessárias ou convenientes ao preparo dos atos notariais, requerendo o que couber, sem ônus maiores que os emolumentos devidos pelo ato.
  - Aos oficiais de registro de imóveis, de títulos e documentos e civis das pessoas jurídicas, civis das pessoas naturais e de interdições e tutelas compete a prática dos atos relacionados na legislação pertinente aos registros públicos, de que são incumbidos, independentemente de prévia distribuição, mas sujeitos os oficiais de registro de imóveis e civis das pessoas naturais às normas que definirem as circunscrições geográficas.
  - Notário, ou tabelião, e oficial de registro, ou registrador, são profissionais do direito, dotados de fé pública, a quem é delegado o exercício da atividade notarial e de registro.

45. Quanto às incompatibilidades e impedimentos de notários e registradores, assinale a alternativa correta, de acordo com a lei 8.935/94:
- No serviço de que é titular, o notário e o registrador não poderão praticar, pessoalmente, qualquer ato de seu interesse, ou de interesse de seu cônjuge ou de parentes, na linha reta, ou na colateral, consanguíneos ou afins, até o segundo grau.
  - O exercício da atividade notarial e de registro é incompatível com o da advocacia, o da intermediação de seus serviços ou o de qualquer cargo, emprego ou função públicos, ainda que em comissão.
  - São acumuláveis os serviços notariais e de registro.
  - A diplomação, na hipótese de mandato eletivo, e a posse, nos demais casos, implicará na suspensão das atividades.
46. É correto afirmar que:
- Incumbe aos notários e aos oficiais de registro praticar, munidos de autorização, todos os atos previstos em lei necessários à organização e execução dos serviços, podendo, ainda, adotar sistemas de computação, microfilmagem, disco óptico e outros meios de reprodução.
  - O gerenciamento administrativo e financeiro dos serviços notariais e de registro é da responsabilidade exclusiva do respectivo titular, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, investimento e pessoal, cabendo-lhe estabelecer normas, condições e obrigações relativas à atribuição de funções e de remuneração de seus prepostos de modo a obter a melhor qualidade na prestação dos serviços.
  - A conduta atentatória às instituições notariais e de registro não se enquadra como infração disciplinar sujeita a penalidade.
  - Quando, para a apuração de faltas imputadas a notários ou a oficiais de registro, for necessário o afastamento do titular do serviço, poderá ele ser suspenso, preventivamente, pelo prazo de cento e vinte dias, prorrogável por mais sessenta.
47. Quanto à ordem dos serviços notariais e de registro, é correto afirmar que:
- Todos os títulos, apresentados no horário regulamentar e que não forem registrados até a hora do encerramento do serviço, aguardarão o dia seguinte, no qual serão registrados, concomitantemente, aos apresentados nesse dia.
  - Será nulo o registro lavrado fora das horas regulamentares ou em dias em que não houver expediente, sendo civil e criminalmente responsável o oficial que der causa à nulidade.
  - Dependem de apontamento no Protocolo os títulos apresentados apenas para exame e cálculo dos respectivos emolumentos.
  - Exigência fiscal, ou dívida, obstará a apresentação de um título e o seu lançamento do Protocolo com o respectivo número de ordem, ainda que nos casos em que da precedência decorra prioridade de direitos para o apresentante.
48. Em relação ao registro civil das pessoas naturais, é correto afirmar que:
- No Registro Civil de Pessoas Jurídicas serão inscritos os contratos, os atos constitutivos, o estatuto ou compromissos das sociedades civis, religiosas, pias, morais, científicas ou literárias, bem como o das fundações e das associações de utilidade pública e, ainda, as sociedades civis que revestirem as formas estabelecidas nas leis comerciais, inclusive as anônimas.
  - Ainda que o funcionamento da sociedade dependa de aprovação da autoridade, esta poderá ser apresentada, após a realização do registro.
  - Para o registro serão apresentadas duas vias do estatuto, compromisso ou contrato, pelas quais far-se-á o registro mediante petição do representante legal da sociedade, lançando o oficial, nas duas vias, a competente certidão do registro, com o respectivo número de ordem, livro e folha. Uma das vias será entregue ao representante e a outra arquivada em cartório, rubricando o oficial as folhas em que estiver impresso o contrato, compromisso ou estatuto.
  - Os jornais e demais publicações periódicas, as oficinas impressoras de quaisquer natureza, pertencentes a pessoas naturais ou jurídicas, as empresas de radiodifusão que mantenham serviços de notícias, reportagens, comentários, debates e entrevistas, e as empresas que tenham por objeto o agenciamento de notícias serão registrados no registro civil das pessoas jurídicas, no Livro A.
49. Assinale a alternativa **INCORRETA**:
- Quando a lei criar novo cartório, e enquanto este não for instalado, os registros passarão a ser feitos no cartório que sofreu o desmembramento, sendo necessário repeti-los no antigo ofício.
  - Qualquer pessoa pode requerer certidão do registro sem informar ao oficial ou ao funcionário o motivo ou interesse do pedido.
  - O reconhecimento de firma nas comunicações ao registro civil pode ser exigido pelo respectivo oficial.
  - Nenhuma exigência fiscal, ou dívida, obstará a apresentação de um título e o seu lançamento do Protocolo com o respectivo número de ordem, nos casos em que da precedência decorra prioridade de direitos para o apresentante.
50. Assinale a alternativa **INCORRETA**:
- Não poderão ser registrados os atos constitutivos de pessoas jurídicas, quando o seu objeto ou circunstâncias relevantes indiquem destino ou atividades ilícitos ou contrários, nocivos ou perigosos ao bem público, à segurança do Estado e da coletividade, à ordem pública ou social, à moral e aos bons costumes.
  - A existência legal das pessoas jurídicas só começa com o registro de seus atos constitutivos.
  - Todos os exemplares de contratos, de atos, de estatuto e de publicações, registrados e arquivados serão encadernados por períodos certos, acompanhados de índice que facilite a busca e o exame.
  - As condições de extinção da pessoa jurídica e, nesse caso, o destino do seu patrimônio não é requisito legal para o registro das sociedades, fundações e partidos políticos.
51. Assinale a alternativa correta:
- O processo de criação da lei passa por duas fases: da elaboração e da publicação.
  - Não conhecendo a lei estrangeira, não poderá o juiz exigir de quem a invoca prova do texto e da vigência.
  - São consideradas fontes formais do direito somente a lei e a analogia.
  - A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.
52. Assinale a alternativa correta:
- Ao desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não encontrado até um ano, pode ser, mediante decretação de ausência, declarada a sua morte presumida, requisito este necessário para abertura de sucessão definitiva.
  - Cessar, para os menores, a incapacidade pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, ainda que o menor de dezesseis anos completos não possua economia própria.
  - Os partidos políticos são considerados, segundo o Código Civil Brasileiro, como pessoas jurídicas de direito público.
  - O agente diplomático do Brasil, que, citado no estrangeiro, alegar extraterritorialidade sem designar onde tem, no país, o seu domicílio, poderá ser demandado no Distrito Federal ou no último ponto do território brasileiro onde o teve.
53. Assinale a alternativa correta:
- Não dispendo a lei em contrário, consideram-se bens dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.
  - É anulável o negócio jurídico concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, se tal fato era ou devia ser do conhecimento de quem com aquele tratou. Segundo o Código Civil, o prazo de decadência para pleitear-se tal anulação é de 1 ano a contar da conclusão do negócio ou da cessação da incapacidade.
  - É nulo o negócio jurídico em que o representante, no seu interesse ou por conta de outrem, celebrar consigo mesmo.
  - A incapacidade relativa de uma das partes, em regra, pode ser invocada pela outra em benefício próprio, aproveitando aos cointeressados capazes.
54. Assinale a alternativa correta:
- É anulável o negócio jurídico quando o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.
  - O falso motivo vicia a declaração da vontade ainda que não seja expresso como razão determinante do negócio.
  - A reserva mental subsiste à manifestação da vontade quando o destinatário dela tinha conhecimento.
  - São nulos os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.

55. Assinale a alternativa correta:
- Suspende-se a prescrição o despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.
  - Ainda que a ação esteja pendente de evicção, o prazo prescricional continua a correr.
  - Os relativamente incapazes e as pessoas jurídicas têm ação contra os seus assistentes ou representantes legais, que derem causa à prescrição, ou não a alegarem oportunamente.
  - Aquele que, por ação ou omissão involuntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.
56. Assinale a alternativa correta:
- Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou.
  - A um dos credores solidários não pode o devedor opor as exceções pessoais oponíveis aos outros.
  - Pode o cessionário exercer os atos conservatórios do direito cedido, desde que haja conhecimento da cessão pelo devedor.
  - Até a tradição pertence ao devedor a coisa, com os seus melhoramentos e acréscidos, pelos quais não poderá exigir aumento no preço.
57. Assinale a alternativa correta:
- Deixa de ser obrigatória a proposta se, feita sem prazo a pessoa presente, não for imediatamente aceita. Considera-se também presente a pessoa que contrata por telefone ou por meio de comunicação semelhante.
  - O contrato preliminar deve conter todos os requisitos essenciais ao contrato, inclusive quanto à forma.
  - Segundo o Código Civil, é anulável o contrato de compra e venda, quando se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação dos preços.
  - A resilição unilateral independe de denúncia notificada a outra parte.
58. Assinale a alternativa correta:
- Considera-se fiduciária a propriedade resolúvel de coisa móvel fungível que o devedor, com escopo de garantia, transfere ao credor.
  - Nos condomínios edilícios, o condômino que não pagar a sua contribuição ficará sujeito aos juros moratórios convencionados ou, não sendo previstos, os de dois por cento ao mês e multa de até um por cento sobre o débito.
  - Aquele que por quinze anos, houver estabelecido no imóvel sua moradia habitual, sem interrupção, nem oposição, possuindo-o como seu, adquiri-lhe a propriedade, independentemente de título de boa fé, podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis.
  - Só se considera perdida a posse para quem não presenciou o esbulho, quando, tendo notícia dele, se abstém de retornar a coisa, ou, tentando recuperá-la, é violentamente repellido.
59. Assinale a alternativa correta:
- O prazo para ser intentada a ação de anulação do casamento, a contar da data da celebração, é de 3 anos se houver coação.
  - Ao nubente que der causa a suspensão do ato de celebração do casamento, será admitida apenas uma retratação no mesmo dia.
  - O casamento do menor em idade núbil, quando não autorizado por seu representante legal, só poderá ser anulado se a ação for proposta em 120 dias, por iniciativa do incapaz, ao deixar de sê-lo, de seus representantes legais ou de seus herdeiros necessários.
  - É nulo o casamento dos parentes afins em linha reta, e anulável o casamento por incompetência da autoridade celebrante.
60. Assinale a alternativa correta:
- De acordo com o Código Civil, permite-se o testamento conjuntivo, desde que seja simultâneo, recíproco ou correspectivo.
  - Ao cônjuge sobrevivente, casado sobre o regime da separação total de bens, não será concedido o direito real de habitação relativamente ao imóvel destinado à residência da família, mesmo que este seja o seu único bem a inventariar, privilégio este concedido aos regimes da comunhão parcial e comunhão universal de bens.
  - Havendo justa causa, declarada no testamento, poderá o testador estabelecer cláusula de inalienabilidade, impenhorabilidade, e de incomunicabilidade, sobre os bens da legítima.
  - O herdeiro necessário, a quem o testador deixar a sua parte disponível, ou algum legado, perderá o direito à legítima.
61. Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta, de acordo com o que dispõe a Lei 11.101/2005 (lei de falências e de recuperação de empresas):
- A sociedade empresária se sujeita à falência.
  - A sociedade simples não se sujeita à falência.
  - O empresário individual se sujeita à falência.
  - A sociedade em conta de participação não se sujeita à falência.
- Somente a assertiva IV está incorreta.
  - As assertivas I e IV estão corretas.
  - Todas as assertivas estão corretas.
  - As assertivas I, III e IV estão corretas.
62. Considera-se *sociedade empresária*, independentemente do seu objeto social:
- A sociedade anônima, a sociedade limitada, a sociedade em comandita simples e a sociedade em comandita por ações.
  - A sociedade anônima.
  - A sociedade limitada.
  - A sociedade anônima e a sociedade limitada.
63. Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa **correta** de acordo o disposto no Código Civil sobre a *sociedade limitada*:
- A deliberação em assembleia será obrigatória se o número dos sócios for superior a dez.
  - Os sócios poderão integralizar o capital social com bens ou serviços.
  - As deliberações sociais obrigam os dissidentes, mas não obrigam os ausentes.
  - O conselho fiscal é órgão obrigatório na sociedade.
- Somente a assertiva I está correta.
  - Todas as assertivas estão incorretas.
  - Somente a assertiva III está incorreta.
  - As assertivas I e II estão corretas.
64. Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta de acordo com a legislação vigente:
- A obrigação do avalista da Nota Promissória é assessória em relação à obrigação do avalizado.
  - No endosso translativo o credor transmite a posse do título e também a propriedade do crédito.
  - O endosso parcial é nulo.
  - A Nota Promissória poderá ser garantia por fiança.
- Somente a assertiva I está incorreta.
  - Todas as assertivas estão corretas.
  - As assertivas I e IV estão incorretas.
  - Somente a assertiva II está correta.
65. Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa **correta** de acordo com a legislação vigente:
- A duplicata sem aceite não pode ser protestada.
  - A duplicata com aceite pode ser executada judicialmente, protestada ou não.
  - O protesto é facultativo para a execução do emitente da Nota Promissória.
  - O protesto é obrigatório para a execução do endossante.
- Todas as assertivas estão corretas.
  - As assertivas I e III estão incorretas.
  - As assertivas I e II estão incorretas.
  - Somente a assertiva I está incorreta.
66. É transferido ao credor o domínio resolúvel do bem ofertado em garantia:
- Na hipoteca e no penhor.
  - Na hipoteca, no penhor e na caução.
  - Na caução.
  - Na Alienação fiduciária em garantia.
67. Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa **correta** de acordo o disposto na Lei 9.279/96 (lei da propriedade industrial):
- As pessoas físicas não podem requerer o registro de marca.
  - Os bens de propriedade industrial são considerados bens móveis.
  - A propriedade da marca adquire-se pelo registro validamente expedido pelo Cartório de Títulos e Documentos.
  - A marca e a patente só poderão ser cedidas após o efetivo registro.
- Somente a assertiva II está correta.
  - Todas as assertivas estão incorretas.
  - Somente a assertivas II está incorreta.
  - As assertivas II e IV estão corretas.

68. Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa **correta** de acordo com o disposto no Código Civil:
- A sociedade em conta de participação não possui personalidade jurídica.
  - A inscrição do contrato de sociedade em conta de participação no registro competente confere personalidade jurídica à sociedade.
  - As sociedades em geral são constituídas após sua inscrição no registro competente.
  - Os sócios só podem provar a existência da sociedade por escrito.
- Somente a assertiva I está correta.
  - Todas as assertivas estão corretas.
  - Somente a assertiva IV está correta.
  - As assertivas I e IV estão corretas.
69. De acordo com o que estabelece o capítulo *Da Sociedade Simples* do Código Civil brasileiro, assinale a alternativa correta:
- As obrigações dos sócios começam a partir da inscrição do contrato social no Registro competente.
  - O contrato social da sociedade simples deve ser inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede.
  - A formação da maioria absoluta é determinada por votos correspondentes a mais da metade dos sócios presentes na assembleia e/ou reunião de sócios.
  - Na sociedade simples é vedada a contribuição que constitua em prestação de serviços.
- Somente a assertiva II está correta.
  - Todas as assertivas estão corretas.
  - As assertivas I, III e IV estão corretas.
  - As assertivas I e II estão corretas.
70. Analise as assertivas abaixo e responda a alternativa **correta** de acordo com o disposto na lei 8.078/90 (código de defesa do consumidor):
- O fornecedor de serviços responde pela reparação dos danos causados aos consumidores pela prestação dos serviços, independentemente da existência de sua culpa.
- O fornecedor de serviços só responde pela reparação dos danos causados aos consumidores pela prestação dos serviços, se restar comprovada a sua culpa.
  - O fornecedor de serviços responde pela reparação dos danos causados aos consumidores pela prestação dos serviços, mesmo se restar comprovada a culpa exclusiva do consumidor.
  - O fornecedor de serviços não responde pela reparação dos danos causados aos consumidores pela prestação dos serviços, se restar comprovada a culpa exclusiva de terceiro.
- As assertivas I e III estão corretas.
  - As assertivas II e III estão incorretas.
  - Somente a assertiva I está correta.
  - Somente a assertiva II está correta.
71. São Princípios Constitucionais do Processo Civil:
- Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição
  - Princípio do Juiz Natural
  - Princípio da Inadmissibilidade de Provas Ilícitas
  - Princípio da Fundamentação das decisões
  - Princípio da Celeridade Processual
- II e III estão incorretas.
  - III, IV e V estão incorretas.
  - Apenas I, II e III estão corretas.
  - Todas estão corretas.
72. Assinale a alternativa correta:
- A competência em razão da matéria e da hierarquia só será derogável por convenção das partes.
  - Havendo conexão ou continência, o juiz, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, pode ordenar a reunião de ações propostas em separado, a fim de que sejam decididas simultaneamente.
  - Se o imóvel se achar situado em mais de um Estado ou comarca, determinar-se-á o foro pela conexão, estendendo-se a competência sobre a totalidade do imóvel.
  - Correndo em separado ações conexas perante juízes que têm a mesma competência territorial, considera-se prevento aquele feito protocolizado em primeiro lugar.
73. Assinale a alternativa correta:
- A tutela antecipada não poderá ser concedida quando um ou mais dos pedidos cumulados, ou parcela deles, mostrar-se incontroverso.
  - A tutela antecipada também poderá ser concedida quando um ou mais dos pedidos cumulados, ou parcela deles, mostrar-se incontroverso.
  - Observar-se-á o procedimento ordinário nas causas que versem sobre revogação de doação.
  - Quando o rito for o sumário, o autor apresentará o rol de testemunhas e quesitos ao perito no prazo de 10 dias antes da audiência.
74. Assinale a alternativa correta:
- O divórcio consensual, não havendo filhos menores ou incapazes do casal e observados os prazos legais, poderão ser realizados por escritura pública, da qual constarão as disposições relativas à descrição e à partilha dos bens comuns e à pensão alimentícia e, ainda, ao acordo quanto à retomada ou não pelo cônjuge de seu nome de solteiro.
  - O herdeiro, o legatário ou o testamenteiro poderá requerer, desaparecido o testador, a publicação em juízo do testamento particular, inquirindo-se as testemunhas que lhe ouvirem a leitura e, depois disso, o assinaram.
  - O divórcio consensual, havendo filhos menores ou incapazes do casal e observados os prazos legais, poderão ser realizados por escritura pública, da qual constarão as disposições relativas à descrição e à partilha dos bens comuns e à pensão alimentícia dos filhos e, ainda, ao acordo quanto à retomada ou não pelo cônjuge de seu nome de solteiro.
  - O herdeiro, o legatário ou o testamenteiro poderá requerer, sendo incapaz o testador, a publicação em juízo do testamento particular, inquirindo-se as testemunhas que lhe ouvirem a leitura e, depois disso, o assinaram.
75. Com relação à incumbência do Testamenteiro, assinale a alternativa correta:
- Cumprir as obrigações do testamento.
  - Propugnar a validade do testamento.
  - Defender a posse dos bens da herança.
  - Requerer ao juiz que lhe conceda os meios necessários para cumprir as disposições testamentárias.
  - A tutela dos herdeiros incapazes do testador.
- I, III e V estão corretas.
  - IV e V estão incorretas.
  - II, III e IV estão incorretas.
  - I, II e IV estão corretas.
76. É certo afirmar:
- O princípio da legalidade quer dizer que não há crime sem lei que o defina; não há pena sem cominação legal.
  - O princípio da anterioridade quer dizer que há crime sem lei anterior que o defina; podendo haver pena sem prévia imposição legal.
  - Há crime complexo quando a lei considera como elemento ou circunstâncias do tipo legal fatos que, por si mesmos, constituem crimes.
  - As leis temporárias e excepcionais derogam o princípio de reserva legal, pois se aplicam a fatos ocorridos antes da sua vigência.
- Analizando as proposições, pode-se afirmar:
- Somente as proposições II e IV estão corretas.
  - Somente as proposições II e III estão corretas.
  - Somente as proposições I e IV estão corretas.
  - Somente as proposições I e III estão corretas.
77. É certo afirmar:
- A punibilidade é requisito do crime.
  - Sob o aspecto formal crime é um fato atípico e antijurídico.
  - Não basta que o fato seja típico para que exista crime. É preciso que seja contrário ao direito, que seja antijurídico.
  - Pressupostos do crime são circunstâncias jurídicas anteriores à execução do fato, positivas ou negativas, a cuja existência ou inexistência é condicionada a configuração do título delitivo de que se trata.
- Analizando as proposições, pode-se afirmar:
- Somente as proposições I e II estão corretas.
  - Somente as proposições III e IV estão corretas.
  - Somente as proposições II e IV estão corretas.
  - Somente as proposições I e III estão corretas.

78. É certo afirmar:

- I. A imputabilidade penal não se confunde com a responsabilidade penal, que corresponde às consequências jurídicas oriundas da prática de uma infração.
- II. São requisitos do concurso formal: pluralidade de condutas, pluralidade de crimes da mesma espécie e unidade de designio.
- III. Por ser uma ficção criminal, o crime continuado não é considerado como espécie de concurso de crimes.
- IV. Ocorre o concurso material quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições II e III estão corretas.
- b) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I e III estão corretas.
- d) Somente as proposições I e IV estão corretas.

79. É certo afirmar:

- I. A imposição da pena depende da culpabilidade, não da periculosidade.
- II. As penas restritivas de direito estão tipificadas no Código de Penal.
- III. As causas especiais de aumento e de diminuição da pena estão previstas tanto na parte geral quanto na parte especial do Código Penal.
- IV. Quando da aplicação da pena é possível que o mesmo fato que qualifique o crime seja na mesma dosimetria utilizado para agravar o crime.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições II e III estão corretas.
- b) Somente as proposições I e III estão corretas.
- c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I e IV estão corretas.

80. É certo afirmar:

- I. A objetividade jurídica imediata do furto é a tutela da posse; de forma secundária, o estatuto penal protege a propriedade.
- II. O furto admite o concurso material e formal, mas não admite o nexo de continuidade.
- III. A qualificadora da morte, que configura o latrocínio, é aplicável somente ao roubo próprio.
- IV. O roubo é considerado crime complexo, pois o Código Penal protege a posse, a propriedade, a integridade física, a saúde e a liberdade individual.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I e III estão corretas.
- d) Somente as proposições II e III estão corretas.

81. É certo afirmar:

- I. O sujeito passivo no crime de violação de direito autoral é somente o autor de obra intelectual.
- II. Deixar de prover a subsistência, sem justa causa, do cônjuge, ou de filho menor de 18 anos ou inapto para o trabalho, ou de ascendente inválido ou maior de 60 anos não lhes proporcionando recursos se configura em crime de abandono material.
- III. Apesar de previsto no Código Penal, o crime de bigamia deixou de ser considerado delito pela jurisprudência, tornando-se letra morta.
- IV. O crime de entrega de filho menor a pessoa inidônea admite suspensão condicional do processo.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I e III estão corretas.
- c) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II e III estão corretas.

82. É certo afirmar:

- I. A ação penal tem início com o oferecimento da denúncia ou da queixa, independentemente do recebimento feito pelo juiz.
- II. Aos delitos de contravenção se aplica o procedimento sumário como regra.
- III. A execução da pena não admite forma provisória, sendo sempre definitiva em respeito ao Estado de Inocência.
- IV. Detecta-se o interesse de agir do órgão acusatório quando houver necessidade, adequação e utilidade para a ação penal.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições II e III estão corretas.
- b) Somente as proposições I e III estão corretas.
- c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I e IV estão corretas.

83. É certo afirmar:

- I. Egresso é a denominação dada ao preso reincidente.
- II. Mesmo que se tratando de inquérito policial, o advogado é indispensável à regularidade do procedimento, devendo estar presente na execução de todos os seus atos.
- III. A ação privada se divide, fundamentalmente, em duas: a) exclusivamente privada, quando somente a vítima, seu representante legal ou as pessoas autorizadas em lei podem ingressar com a ação penal; b) ação privada subsidiária da pública, quando o ofendido, porque o Ministério Público deixa escoar o prazo para oferecimento da denúncia, age em seu lugar, apresentando a queixa.
- IV. A representação penal realizada na delegacia policial não necessita de formalidades específicas, servindo como, até mesmo, o boletim de ocorrência, desde que oferecido legitimamente.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições II e III estão corretas.
- c) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I e II estão corretas.

84. É certo afirmar:

- I. Guia de recolhimento tem haver com a pena privativa de liberdade; guia de execução tem haver com a pena restritiva de direitos.
- II. Havendo conciliação civil na audiência preliminar prevista no juizado especial criminal, quando devidamente homologada, ocorrerá renúncia ao direito de queixa, tratando-se de ação exclusivamente privada.
- III. O processo sumário pode ser iniciado *ex officio* ou através de portaria da autoridade policial ou ainda pelo auto de prisão em flagrante.
- IV. Toda e qualquer contravenção admite a transação penal pouco importando estejam observados os requisitos da Lei 9.099/95.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I e II estão corretas.
- c) Somente as proposições II e III estão corretas.
- d) Somente as proposições II e IV estão corretas.

85. É certo afirmar:

- I. Detração e remissão são direitos do reeducando que não podem ser perdidos, visto haver o princípio do direito adquirido, não havendo sequer a necessidade de serem homologados pelo juízo competente.
- II. A transação penal é instituto decorrente do princípio da oportunidade da propositura da ação penal, que confere ao Ministério Público, a faculdade de dispor da ação penal, isto é, de não promovê-la, sob certas condições.
- III. A prescrição não correrá durante o período de prova do *sursis* do processo.
- IV. O prazo para defesa prévia tanto no rito sumário quanto no sumariíssimo é de três dias.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições I e II estão corretas.
- b) Somente as proposições II e III estão corretas.
- c) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II e IV estão corretas.

86. Assinale a alternativa correta de acordo com Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão:
- a) As vagas destinadas ao quinto constitucional serão, preenchidas por advogados e por membros do Ministério Público, de tal forma que, sucessiva e alternadamente, os representantes de uma dessas classes não superem os da outra em uma unidade.
  - b) Ao advogado nomeado Desembargador não será computado, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, o tempo de exercício na advocacia.
  - c) Ao advogado nomeado Desembargador computar-se-á, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, o tempo de exercício na advocacia, até o máximo de 20 (vinte) anos.
  - d) As vagas destinadas ao quinto constitucional serão, alternada e sucessivamente, preenchidas por advogados e por membros do Ministério Público, de tal forma que, também sucessiva e alternadamente, os representantes de uma dessas classes superem os da outra em uma unidade.
87. Assinale a alternativa correta de acordo com Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão:
- a) O território do Estado, para os efeitos da administração da Justiça Comum, divide-se em comarcas, termos judiciários e zonas judiciárias.
  - b) A classificação das comarcas em entrâncias importa em diversidade de atribuições e competências, e visam exclusivamente à ordem das nomeações, das promoções, do acesso e da fixação dos vencimentos dos respectivos juízes.
  - c) As zonas judiciárias, numeradas ordinalmente, são constituídas de seis e destinadas à designação dos juízes de direito substitutos de primeira entrância.
  - d) Em termos de Comarca, cada município corresponde a um termo judiciário, cuja denominação será decidida pelo Tribunal.
88. Assinale a alternativa correta:
- a) A ausência do Selo de Fiscalização Judicial, quando exigidos, acarretará a invalidade do ato, devendo ser instaurado de imediato pela Corregedoria Geral de Justiça o competente procedimento para apurar as responsabilidades civis e administrativas do signatário em razão da omissão.
  - b) A ausência do Selo de Fiscalização Judicial, quando exigidos, acarretará a invalidade do ato, devendo ser instaurado de imediato pela autoridade competente o procedimento para apurar a responsabilidade criminal, civil e administrativa do signatário em razão da omissão.
  - c) A ausência do Selo de Fiscalização Judicial, quando exigidos, acarretará a invalidade do ato, devendo ser instaurado de imediato pela Corregedoria Geral de Justiça o competente procedimento para apurar as responsabilidades criminais e administrativas do signatário em razão da omissão.
  - d) A ausência do Selo de Fiscalização Judicial, quando exigidos, acarretará baixa em diligência do ato, devendo ser instaurado de imediato pela autoridade competente o procedimento para apurar as responsabilidades civis e administrativas do signatário em razão da omissão.
89. De acordo com Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça, assinale a alternativa correta:
- a) Notário ou tabelião e oficial do registro ou registrador, são os serventuários judiciais, dotados de fé pública, a quem são delegados o exercício da atividade notarial e de registro.
  - b) Aos notários e registradores é vedada a prática de atos de seu ofício fora da circunscrição para a qual receberam a delegação, bem como a recusa ou atraso na prática de quaisquer desses atos.
  - c) Aos notários e registradores é facultada a prática de atos de seu ofício fora da circunscrição para a qual receberam a delegação, bem como a recusa ou atraso na prática de quaisquer desses atos.
  - d) Notário ou juiz de paz e oficial do registro ou registrador, são os serventuários parajudiciais, dotados de fé pública, a quem são delegados o exercício da atividade notarial e de registro.
90. Assinale a alternativa correta:
- a) As inspeções correicionais dependem de aviso e o Corregedor-Geral as fará nos serviços de qualquer Comarca, Vara, Juizado ou serventia.
  - b) A função correicional na orientação, fiscalização e inspeção permanente sobre todos os juízos, serventias, secretarias, serviços auxiliares, polícia judiciária e presídios, é exercida pelo exclusivamente pelo Corregedor-Geral da Justiça nos limites de suas atribuições.
  - c) As inspeções correicionais serão precedidas de aviso e o Corregedor-Geral as fará nos serviços de qualquer Comarca, Vara, Juizado ou serventia onde estiverem lotados mais de três Juízes.
  - d) A função correicional na orientação, fiscalização e inspeção permanente sobre todos os juízos, serventias, secretarias, serviços auxiliares, polícia judiciária e presídios, é exercida pelo Corregedor-Geral da Justiça e pelos Juízes Corregedores, e pelos Juízes de Direito nos limites de suas atribuições.
91. Assinale a alternativa correta:
- a) Ao assumir uma Vara na qualidade de titular, o Juiz, discricionariamente, poderá proceder inspeção extraordinária em todos os serviços judiciais que sejam subordinados e extrajudiciais, delegacias e presídios sob sua jurisdição, enviando relatório dessa inspeção à Corregedoria no prazo máximo de noventa dias após o início do exercício.
  - b) Cada Juiz deverá proceder a correição e inspeção ordinárias nos serviços de seu Juízo uma vez por bimestre, sendo a correição no primeiro mês, a inspeção no segundo e, correições e inspeções extraordinárias sempre que reputar necessário e conveniente.
  - c) Sempre que houver indícios de ocultação, remoção ilegal ou dificuldade do cumprimento de ordem judicial de soltura ou de apresentação de preso, exceto em habeas corpus, poderá ser feita inspeção extraordinária.
  - d) A correição permanente consiste na inspeção assídua dos cartórios, delegacias de polícia, estabelecimentos penais e demais repartições que tenham relação com os serviços judiciais e sobre as atividades dos auxiliares e servidores da Justiça que lhe sejam subordinados, cumprindo-lhe diligenciar para o fiel cumprimento das disposições legais.
92. Assinale a alternativa correta:
- a) A correição e a inspeção permanentes nos serviços extrajudiciais das Comarcas com mais de uma Vara caberão ao Juiz dos Registros Públicos.
  - b) Havendo mais de um Juiz de Registros Públicos a função correicional caberá àquele designado mais antigo no cargo.
  - c) Havendo mais de um Juiz Criminal na Comarca, os serviços de correição da polícia judiciária, delegacias e presídios caberão àquele designado pelo Diretor do Foro.
  - d) A correição extraordinária consiste na fiscalização normal, realizável a qualquer momento, podendo ser geral ou parcial, conforme abranja ou não todos os serviços da Comarca.
93. São consideradas Custas:
- I. A taxa judiciária.
  - II. As despesas relativas a serviços de comunicação.
  - III. As despesas decorrentes de impressos, de reproduções reprográficas e de publicações em órgão de divulgação.
  - IV. As despesas decorrentes dos atos notariais e de registro praticados em razão de ofício.
- a) I, III e IV estão corretas.
  - b) I, II e III estão corretas.
  - c) II, III e IV estão corretas.
  - d) II e IV estão incorretas.
94. Assinale a alternativa correta:
- a) É vedado a cobrança de emolumentos em decorrência da prática de ato retificado, refeito ou renovado em razão de erro imputável aos respectivos notários e registradores.
  - b) É permitida a cobrança, justificadamente, de emolumentos em decorrência da prática de ato retificado, refeito ou renovado em razão de erro imputável aos respectivos notários e registradores.
  - c) Verificando-se liminarmente a imprestabilidade de laudo pericial por erro, perderão o perito e o assistente técnico o direito ao valor remuneratório, devendo restituí-lo devidamente corrigido, se já recebido.
  - d) Verificando-se liminarmente a imprestabilidade de laudo pericial por erro grosseiro ou por má-fé, perderão o perito e o assistente técnico o direito ao valor remuneratório, devendo restituí-lo devidamente corrigido, se já recebido.

95. São isentos do pagamento de custas:
- A União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, suas autarquias e as suas fundações, mesmo que explorem atividade econômica.
  - O réu pobre nos feitos criminais.
  - Nas ações de alimentos e de acidente de trabalho, o alimentante, o acidentado e seus beneficiários.
  - O simples encaminhamento de documentos de um juízo para outro.
- I, III e IV estão corretas.
  - II e IV estão corretas.
  - II, III e IV estão corretas.
  - II e IV estão incorretas.
96. Assinale a alternativa correta:
- Progressão funcional é a elevação do servidor de uma classe para o padrão inicial de outra classe, imediatamente superior dentro da mesma carreira, mediante avaliação de desempenho, observado o interstício mínimo de 03 (três) anos de efetivo exercício no cargo em relação à progressão imediatamente anterior.
  - Promoção é a elevação do servidor de uma classe para a padrão inicial de outra classe, imediatamente superior dentro da mesma carreira, mediante avaliação de desempenho, observado o interstício mínimo de 03 (três) anos de efetivo exercício no cargo em relação à progressão imediatamente anterior.
  - Promoção é a elevação do servidor de uma classe para o padrão inicial de outra classe, imediatamente superior dentro da mesma carreira, mediante avaliação de desempenho, observado o interstício mínimo de 02 (dois) anos de efetivo exercício no cargo em relação à progressão imediatamente anterior.
  - Progressão funcional é a elevação do servidor de uma classe para o padrão inicial de outra classe, imediatamente superior dentro da mesma carreira, mediante avaliação de desempenho, observado o interstício mínimo de 02 (dois) anos de efetivo exercício no cargo em relação à progressão imediatamente anterior.
97. Constituem receitas do Fundo Especial das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado do Maranhão:
- Repasse financeiros com vistas a viabilizar à população do Estado do Maranhão prestação dos serviços itinerantes de Registro Civil das Pessoas Naturais.
  - Receitas oriundas de convênios, firmados com entidades públicas ou privadas, visando à adequada manutenção da gratuidade assegurada aos cidadãos, possibilitando-lhes a prestação dos serviços públicos.
  - Cinco por cento dos emolumentos devidos às serventias extrajudiciais conforme as tabelas de Emolumentos do Estado do Maranhão.
  - Rendimentos de aplicações financeiras com recursos do Fundo Especial das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais Estado do Maranhão.
- III e IV estão incorretas.
  - I, III e IV estão corretas.
  - I, II e IV estão corretas.
  - II, III e IV estão corretas.
98. Assinale a alternativa correta:
- O percentual dos emolumentos destinado ao Fundo Especial das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais recolhido indevidamente será devolvido à parte interessada, corrigido monetariamente, mediante processo administrativo a ser apreciado pela Corregedoria Geral da Justiça.
  - O não recolhimento do percentual dos emolumentos destinado ao Fundo Especial das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais no prazo legal acarretará ao titular da serventia multa de setenta por cento sobre o valor devido, além da abertura de processo administrativo disciplinar.
  - O não recolhimento do percentual dos emolumentos destinado ao Fundo Especial das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais no prazo legal acarretará ao titular da serventia multa de cinquenta por cento sobre o valor devido, além da abertura de processo administrativo disciplinar.
  - O percentual dos emolumentos destinado ao Fundo Especial das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais recolhido indevidamente será devolvido à parte interessada, corrigido monetariamente, mediante processo judicial a ser apreciado pelo Conselho de Administração do Fundo.
99. Compete ao Conselho Fundo Especial das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado do Maranhão:
- Emitir parecer da prestação de contas e do relatório anual das atividades do FERC, apresentando-os ao presidente do Tribunal de Justiça, que os submeterá à apreciação do Plenário.
  - Fiscalizar a arrecadação dos recursos que compõem o FERC.
  - Divulgar mensalmente, no Diário da Justiça do Estado do Maranhão, demonstrativo de atividades do FERC, incluindo relação de metas no mesmo exercício financeiro.
  - Fiscalizar a arrecadação dos recursos que compõem o FERJ.
- I, II e III estão corretas.
  - Apenas I, III e IV estão corretas.
  - Todas estão corretas.
  - Apenas I e II estão corretas.
100. Assinale a alternativa correta:
- O FERC será administrado por um Conselho de Administração, composto por um desembargador, que será seu presidente; um procurador de justiça; um representante da OAB/MA; pelo diretor financeiro da Secretaria do Tribunal e pelo diretor do FERJ.
  - O FERC será administrado por um Conselho de Administração, composto por um desembargador, que será seu presidente; um procurador de justiça; um representante da OAB/MA; pelo diretor financeiro da Secretaria do Tribunal e pelo diretor do FERJ.
  - O Fundo Especial das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado do Maranhão - FERC será administrado por um Conselho de Administração, composto por um desembargador, que será seu presidente; pelo diretor financeiro da Secretaria do Tribunal e pelo diretor do FERJ.
  - O Fundo Especial das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado do Maranhão - FERC será administrado por um Conselho de Administração, composto pelo Vice-Presidente do TJMA, que será seu presidente; pelo diretor financeiro da Secretaria do Tribunal e pelo diretor do FERJ.